



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

02/10/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



INSS muda regra para ampliar concessão de auxílio-doença sem perícia e tentar conter fila

Trabalhadores que precisam ficar afastados após acidente do trabalho ou por doença ocupacional podem conseguir o auxílio-doença mais rápido, pelo Meu INSS, sem precisar agendar exame médico em agência da Previdência Social e passar pela perícia do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A possibilidade de conseguir o benefício a distância é mais uma tentativa do instituto de diminuir a fila da perícia, hoje com 1,1 milhão de segurados à espera de atendimento. A regra consta de portaria publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de setembro pelo instituto e Ministério da Previdência Social.

Segundo o documento, a concessão do chamado benefício por incapacidade temporária com natureza acidentária, ou seja, ligado ao trabalho, pode ocorrer por meio de análises de documentos enviados pelo segurado diretamente no Meu INSS, no novo sistema chamado de Atestmed.

Para isso, o trabalhador deverá apresentar, além do atestado médico comprovando a necessidade de ficar afastado do trabalho, um documento chamado CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

A liberação do auxílio sem a necessidade de perícia presencial pode ser feita, inclusive, por quem já tinha perícia agendada, mas quer tentar o benefício a distância.

O afastamento do tipo, no entanto, só será válido para períodos de até 180 dias. O pedido feito diretamente na internet não garante a liberação do benefício sem perícia presencial.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 02 de outubro.

STF forma maioria para que Congresso defina regra da licença-paternidade

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria, nesta sexta-feira (29), para que o Congresso Nacional faça uma lei, em até 18 meses, para fixar um prazo de licença-paternidade para trabalhadores.

Sete ministros consideraram que houve omissão do parlamento em legislar a questão. Apenas o ex-ministro Marco Aurélio, relator do caso, divergiu deste entendimento. Ele votou no caso antes de se aposentar.

O julgamento foi reiniciado nesta sexta, em plenário virtual da corte, no qual os ministros depositam seus votos no sistema virtual do tribunal, e vai até o dia 6 de outubro.

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

A confederação apontou que a Constituição Federal, em seu artigo 7º, diz que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a "licença-paternidade, nos termos fixados em lei".

Porém, ainda não foi feita uma legislação definitiva para regulamentar o tema. O que há é uma norma de transição, que estabeleceu o prazo de cinco dias de licença-paternidade, até que fosse disciplinada por lei. A licença-maternidade é de 120 dias no total.

Os ministros, no entanto, ainda discordam do que deve ser feito até acabar o prazo de 18 meses para o Congresso definir a questão ou depois, se não houver uma conclusão.

A ministra Rosa Weber, por exemplo, avaliou que, enquanto houver a legislação faltante, a licença-paternidade deve ser equiparada, no que couber, à licença-maternidade. Esta conclusão foi seguida pelos ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia, até o momento.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 29 de setembro.

Com menor taxa desde 2015, país tem 1,3 milhão de desempregados a menos em um ano. Renda sobe

A taxa de desemprego caiu para 7,8% no trimestre encerrado em agosto. Foi a menor desde fevereiro de 2015, segundo a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. O total de desempregados foi estimado em 8,416 milhões – 528 mil a menos no trimestre (-5,9%) e 1,277 milhão a menos em 12 meses (-13,2%). É o menor número desde junho de 2015.

Já o total de ocupados subiu para 99,653 milhões, alta de 1,3% ante maio e de 0,6% em relação a 2022. A pesquisa mostra redução da informalidade, que no entanto ainda se mantém elevada: a taxa foi para 39,1%, ante 39,7% em igual período do ano passado. São quase 39 milhões de trabalhadores informais.

Segundo o IBGE, o número de empregados com carteira assinada no setor privado soma 37,248 milhões, crescimento de 1,1% no trimestre e de 3,5% em um ano. É o maior número também desde fevereiro de 2015. Já o total de empregados sem carteira (13,199 milhões) subiu 2,1% ante maio e ficou estável em 12 meses.

Por sua vez, o número de trabalhadores por conta própria (25,359 milhões) caiu 2% em relação a 2022. E o de trabalhadores domésticos (5,892 milhões) ficou estável nesse período.

Os subutilizados (pessoas que gostariam de trabalhar mais) são 20,234 milhões, queda de 2,2% no trimestre e de 15,5% em um ano. É o menor contingente desde fevereiro de 2016. A queda no desemprego foi acompanhada por redução no número de desalentados (que desistiram de procurar trabalho). São 3,576 milhões, com redução de 16,2% ante 2022, e também no menor número desde setembro de 2016.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 02 de outubro.

Cerca de 6 milhões de brasileiros já desnegativaram nomes após Desenrola

Cerca de 6 milhões de brasileiros já conseguiram tirar o nome de cadastros negativos por terem renegociado dívidas de até R\$ 100. A dívida não é perdoada, mas o devedor deixa de ficar com o nome sujo e pode contrair novos empréstimos e realizar operações, como fechar contratos de aluguel.

O levantamento é da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) após dez semanas em vigor do Programa Desenrola Brasil, de renegociação de dívidas de consumidores de média e baixa renda.

De 17 de julho a 22 de setembro, foram renegociados R\$ 14,3 bilhões em dívidas, principalmente da Faixa 2, que abrange débitos com bancos para quem tem renda de até R\$ 20 mil sem limite de valor de dívidas, o que permite o refinanciamento de imóveis e de veículos, por exemplo. O montante equivale a 2,03 milhões de contratos.

O Desenrola prevê parcelamento da dívida de 12 a 120 meses, com taxas personalizadas e primeira parcela para 30 dias. A exclusão dos cadastros restritivos se dá em até 5 dias úteis após a efetivação da renegociação.

Leilões com desconto // O Desenrola iniciou a segunda etapa nesta segunda-feira (25). Até quarta-feira (27), 709 credores participarão de leilão de descontos em um sistema desenvolvido pela B3, a bolsa de valores brasileira.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 29 de setembro.

Aneel mantém bandeira verde em outubro, sem cobrança adicional na conta de luz

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) disse nesta sexta-feira (29) que vai manter a bandeira tarifária verde no mês de outubro, sem custos extras na conta de luz.

Segundo a agência, as condições favoráveis de geração hidrelétrica têm mantido a sinalização verde desde abril de 2022.

"A energia gerada está mais barata. Tem chovido mais nos reservatórios, e aí podemos contar com as hidrelétricas, que possuem um custo de geração mais baixo do que outras fontes. Isso sem falar do avanço das usinas eólicas e solares, sobretudo no Nordeste do país", disse o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, em nota.

Com os dados apurados até o momento, há expectativa de acionamento da bandeira verde até o final do ano, disse a Aneel em comunicado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 30 de setembro.